

ANTÓNIO VENTURA

Uma História da
Maçonaria
em **Portugal**

1727-1986

EDIÇÃO REVISTA

TEMAS E DEBATES

Círculo de Leitores

Sumário

Introdução	11
Sociedades secretas e Maçonaria	11
Notas	16
Capítulo I	
Entre Luzes e Sombras (1727-1797)	17
A Loja dos Hereges Mercadores	18
A Casa Real dos Pedreiros-Livres da Lusitânia	19
A condenação apostólica	20
A Loja de John Coustos	22
Uma pausa para respirar – a governação pombalina	24
Lojas em praças militares: Lisboa, Elvas, Olivença, Valença...	25
A Maçonaria na ilha da Madeira	27
A queda de Pombal.	28
As perseguições de 1791-1792	29
Notas	31
Capítulo II	
Entre Cila e Caribdis – A Maçonaria Portuguesa entre 1797 e 1819 . .	32
A fundação do Grande Oriente Lusitano (GOL)	37
A primeira constituição da Maçonaria portuguesa	40
Síntese da constituição.	42
O decreto de promulgação e os seus subscritores	44
As invasões francesas	46
As perseguições de 1809.	55
A Setembrizada	57
Propaganda antifrancesa, propaganda antimaçónica	60
O processo de Gomes Freire de Andrade	63
A Revolta de Pernambuco e as suas consequências	67
Notas	71

Capítulo III

Esperanças, Desafios e Ilusões (1820-1834)	74
A Maçonaria e a Revolução Liberal	74
A nova constituição maçónica	78
Forte presença da Maçonaria na vida pública	81
A contrarrevolução em marcha: a Vilafrancada	87
A Abrilada: um abrandamento na repressão	95
D. Miguel, rei de Portugal: intensifica-se a perseguição	103
A Maçonaria na emigração	108
Uma luz ao fundo do túnel	111
Notas	115

Capítulo IV

A Tentação Política – Entre a Dispersão e a Busca de Unidade (1834-1868)	117
O Grande Oriente Lusitano de José da Silva Carvalho	119
Grande Oriente de Portugal	130
O Conselho Regenerador da Maçonaria Lusitana	134
O Grande Oriente Lusitano (conde de Paraty)	134
Uma tentativa, em 1863, para ressuscitar o Grande Oriente Lusitano de Costa Cabral	137
O Grande Oriente Lusitano de Saldanha, ou Maçonaria do Sul	137
Oriente Passos Manuel, ou Maçonaria do Norte	140
As tendências centrípetas	141
A Confederação Maçónica Portuguesa (CMP)	142
A primeira cisão: a Federação Maçónica Portuguesa	147
A segunda cisão: a Confederação Maçónica Progressista de Portugal	148
O Grande Oriente Português (GOP)	154
O Grande Oriente Lusitano (conde de Paraty) ganha protagonismo	155
Notas	160

Capítulo V

Maçonaria à Margem da Política	161
Grande Oriente Escocês	161
A Novíssima Maçonaria Lusitana (1848)	166
Oriente Irlandês	167
Grande Oriente da Maçonaria Eclética Lusitana	169
Notas	171

Capítulo VI

O Grande Oriente Lusitano Unido (GOLU) – Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa (1869-1879)	172
A fundação do Grande Oriente Lusitano Unido	172

Visita do imperador do Brasil D. Pedro II a Portugal (1871)	179
A nova constituição (1871)	179
A dissidência das Lojas do Porto (1871)	182
As relações internacionais do GOLU	184
A integração no GOLU da Grande Loja Provincial do Rito Irlandês	185
Consolidação do Grande Oriente Lusitano Unido	188
A constituição de 1878 e as Lojas espanholas do GOLU	197
As Lojas espanholas do Grande Oriente Lusitano Unido	198
A fundação do Grémio Lusitano	201
Notas	204

Capítulo VII

Tempos de Incerteza (1880-1899)	206
A visita do rei David Kalakaua, das ilhas Sandwich, a Lisboa	207
A introdução do Rito Simbólico no GOLU	208
A Grande Loja dos Maçons Antigos, Livres e Aceites de Portugal (1882)	211
A Grande Loja Simbólica Departamental da Catalunha	213
A fundação de Lojas no Leste da Europa	214
Lojas em Portugal filiadas em Orientes espanhóis	215
A constituição de 1886	220
A visita a Portugal do rei Óscar II da Suécia	222
O Ultimato e a Revolução de 31 de janeiro de 1891	224
O grão-mestrado do visconde de Ouguela	226
A Grande Loja de Portugal e a dissidência da Loja Obreiros do Trabalho	228
O Soberano Gran Consejo General Ibérico	229
O Grande Oriente Português – Supremo Conselho da Maçonaria do Norte de Portugal	232
O grão-mestrado de Bernardino Machado	233
A Maçonaria Académica	237
O Grande Oriente de Portugal	238
Homenagem ao presidente do Brasil, Dr. Campos Salles	243
O Grémio Português, Novo Oriente Português	246
Notas	250

Capítulo VIII

O Lento Caminho da Republicanização (1900-1910)	252
Os limites da ambiguidade: o grão-mestrado de Luís Augusto Ferreira de Castro	252
A Conferência Maçónica do Porto (1900)	253
A Maçonaria e a Junta Liberal	257
A visita a Portugal do rei Eduardo VII de Inglaterra	258
A Conferência Maçónica de Coimbra (1903)	259
Visita do duque de Connaught a Portugal em janeiro de 1905	261

O Congresso Maçónico Interpeninsular de Lisboa (1905)	261
A República Francesa em Portugal	263
A expansão da Maçonaria nas colónias	264
Francisco Gomes da Silva, grão-mestre interino.	265
A Conferência Maçónica da Figueira da Foz.	267
A viagem de inspeção de Luz de Almeida às Oficinas do Norte e Centro .	270
Magalhães Lima, grão-mestre da Maçonaria portuguesa:	
o começo de um novo ciclo.	276
As eleições municipais de 1908 e a Maçonaria.	281
A questão Fausto de Quadros.	283
O Grande Oriente Português (1908)	284
Em vésperas da República	289
Novas dissidências: a Loja União, do Porto,	
e a Loja Fernandes Tomás, da Figueira da Foz.	291
Notas	292

Capítulo IX

O Período Áureo (1910-1914)	294
A Maçonaria e a proclamação da República	294
A missão a França e Inglaterra em 1910.	295
A Maçonaria e a preparação da revolução republicana	299
Durante a revolução	304
O triunfo da Maçonaria	306
A Maçonaria e o governo provisório.	309
As eleições de 1911.	313
Na Assembleia Nacional Constituinte	319
Os maçons e a Constituição de 1911	322
A eleição presidencial	324
Tentativas de conciliação	327
O Supremo Conselho da Maçonaria ao Norte de Portugal	333
A criação da Universidade Livre	334
A crise de janeiro de 1913.	335
A Associação dos Amigos da Árvore	337
O Congresso Nacional Maçónico de 1913.	338
De novo a questão das mulheres na Maçonaria	343
O Congresso Nacional Maçónico do Porto (1914)	347
Notas	352

Capítulo X

A Cisão de 1914 e o Grémio Luso-Escocês	355
A polémica em torno da nova constituição do GOLU.	355
A revolta da Loja Liberdade	366

Nova cisão em 1927. A restauração do Grémio Luso-Escocês	372
As Lojas do Grémio Luso-Escocês: sua evolução entre 1914 e 1934	374
Notas	379

Capítulo XI

Anos Tempestuosos (1915-1925)	380
Reorganizar o GOLU	380
A Loja Carolina Ângelo	383
A Maçonaria face à ditadura de Pimenta de Castro.	383
A Grande Guerra	390
O centenário da morte de Gomes Freire de Andrade.	394
A Maçonaria e o sidonismo	396
As negociações com o Supremo Conselho dissidente	406
Depois da tormenta	407
O Grande Oriente Lusitano Unido em 1922	412
A adesão do GOLU à Associação Maçónica Internacional – 1922	417
O afastamento da Loja Humanidade e a sua integração na Ordem Maçónica Mista Internacional Le Droit Humain	418
Em vésperas do 28 de Maio	419
O Congresso Maçónico Nacional de 1924.	423
A reunificação da Maçonaria portuguesa.	430
Notas	432

Capítulo XII

República e (ou) Ditadura (1926-1929)	435
As revoltas de fevereiro de 1927 e a Maçonaria	437
A revolta do Castelo	448
A morte de Magalhães Lima	449
A invasão do Palácio Maçónico em 16 de abril de 1929	455
Um grão-mestre efêmero: António José de Almeida	457
Notas	464

Capítulo XIII

O Grão-Mestrado do General Norton de Matos (1930-1935)	465
O grão-mestrado de Norton de Matos	470
O incidente na Loja Portugal, de Coimbra.	473
As revoltas da Madeira e dos Açores.	480
O GOLU em 1931.	483
O encerramento forçado do Palácio Maçónico em 18 de abril de 1931.	485
Revolução ou evolução?	487
A revolta de 26 de agosto de 1931	489
A transferência da secretaria do GOLU para Espanha.	491

A Loja República Portuguesa, de Madrid	494
Navegar à vista.	496
O regresso de Norton de Matos	497
Os 50 intransigentes excluídos da amnistia de 1932	499
A ofensiva final	506
O Grande Oriente Lusitano Unido em vésperas da proibição	510
Notas	516

Capítulo XIV

Mas Há sempre Uma Candeia... (1935-1974)	518
Evolução do Grande Oriente Lusitano Unido.	524
As Lojas durante a clandestinidade	526
A Loja Simpatia e União.	537
A Loja Liberdade	542
A Loja José Estêvão.	543
Loja A Revolta, de Coimbra	544
Organismos influenciados pela Maçonaria.	544
Nos movimentos de oposição ao Estado Novo	546
Notas	557

Capítulo XV

Quem Quis sempre Pôde – O Reavivar das Luzes (1974-1986)	558
A renúncia de Luís Gonçalves Rebordão. Dias Amado, grão-mestre	564
Armando Adão e Silva, grão-mestre do GOL	567
O grão-mestrado do comandante Simões Coimbra	570
O Congresso Maçónico Ibérico e a inauguração do Museu Maçónico Português	571
A cisão de 1984-1985. A Grande Loja de Portugal.	572
Uma espiga com vários grãos	573
Notas	575

Fontes e Bibliografia	577
Glossário	599
Índice Remissivo	605
Agradecimentos	635

Introdução

Sociedades secretas e Maçonaria

O tema das sociedades secretas surge, ciclicamente, na comunicação social, como um recurso com sucesso quando faltam outras notícias mais sensacionais ou quando se procura desviar a atenção da opinião pública para factos mais graves. O sensacionalismo foi sempre um expediente utilizado como elemento de diversão, explorando a emotividade e a avidez natural da opinião pública pelo escândalo. Se passarmos em revista a imprensa portuguesa desde 1974, os mesmos títulos repetem-se, os mesmos nomes são revelados, as mesmas insinuações esgrimidas. Depois, volta a quietude habitual. A velocidade que a informação tem nos nossos dias, numa sucessão estonteante de acontecimentos, acentua o seu carácter efémero. O que é notícia fantástica, hoje, cai, pouco depois, no mais completo esquecimento, sepultada por um aluvião de outras informações e comentários mais recentes e apelativos. A questão das associações secretas em geral, e da Maçonaria em particular, torna-se assim recorrente.

Mas, afinal, o que é uma associação secreta? No clássico e reeditado *Dicionário* de Morais, deparamos com a seguinte definição de «secreto»: «que se conserva oculto; que está em segredo; ignorado; não divulgado; escondido; encoberto; não revelado; não sabido»¹. Se recorrermos ao Houaiss, para além de uma definição muito semelhante à anterior,

encontramos outra: «que se limita a um conhecimento reservado em virtude do mistério que o envolve»².

Nessa perspetiva, secreto é sinónimo de discreto, de reservado. Os governos elaboravam e assinavam tratados com artigos secretos, apenas conhecidos das partes contratantes, enviavam instruções secretas a embaixadores, por vezes em código. Reservado e interdito a estranhos é um clube inglês, ciosamente mantido pelos seus sócios, como reservadas são as reuniões de um conselho de administração de uma empresa ou simplesmente um conselho familiar ou uma assembleia de condóminos. Ao defender a existência da Maçonaria, contrariando o argumento de que se tratava de uma associação secreta e por isso perniciosa, Fernando Pessoa escrevia que «dada a latitude desta definição, e considerando que, por associação, se entende um agrupamento mais ou menos permanente de homens, ligados por um fim comum, e que por secreto se entende o que, pelo menos parcialmente, se não faz à vista do público, ou, feito, se não torna inteiramente público, posso, desde já, denunciar ao Sr. José Cabral, uma associação secreta – o Conselho de Ministros. De resto, tudo quanto de sério ou de importante se faz em reunião neste mundo, faz-se secretamente»³.

A ideia de secretismo surgiu frequentemente conotada com práticas que podiam ameaçar a autoridade em abstrato ou as autoridades em concreto, quaisquer que elas fossem, religiosas ou políticas. Os cristãos primitivos, os cristãos japoneses entre os séculos XVII e XIX, os judeus e os cristãos-novos, certas seitas islâmicas tiveram de sobreviver congregando-se e praticando os seus rituais no mais rigoroso segredo sob pena de graves represálias e até com risco da própria vida. As perseguições impunham normas de defesa, as mais importantes das quais eram o sigilo e o secretismo. É claro que existiram outras associações secretas de cariz marcadamente político que escondiam a sua atividade, o nome dos seus membros, e cuja ação era obviamente exercida à margem dos organismos oficiais contra o poder existente⁴. Desde a mais remota antiguidade, em todos os continentes detetamos a sua existência, normalmente com objetivos precisos e limitados, como limitada era a sua vida, coincidente com a concretização do seu objetivo. Se se tratava de derrubar um regime ou de eliminar um dirigente, alcançado tal desiderato a organização desaparecia naturalmente porque deixavam de existir as razões determinantes da sua constituição.

Serge Hutin define dois grupos de sociedades secretas: as sociedades secretas políticas, que procuram dissimular a sua atividade, cuja ação é exercida à margem das instituições vigentes, com a sua existência limitada pela prossecução dos seus objetivos, como a queda de um regime,

por exemplo; e as sociedades secretas iniciáticas, «que não procuram de modo nenhum dissimular a sua existência (exceto quando são perseguidas); as suas leis, a sua história, os seus locais de reunião, as suas doutrinas, muitas vezes até mesmo os nomes dos seus aderentes, não constituem hoje em dia um mistério para ninguém. Estes agrupamentos só conservam verdadeiramente *secretas* as suas cerimónias – às quais o *profano* não pode assistir – e os sinais de reconhecimento, que permitem o reconhecimento entre filiados. O que as diferencia de uma simples sociedade *fechada* é que estas organizações conferem aos seus membros uma *iniciação*»⁵.

De entre o universo amplo e variado das sociedades secretas, as que têm despertado maior curiosidade são as de cariz iniciático, as quais, hoje em dia, não procuram iludir a sua existência, conservando uma certa discrição para preservar os membros da especulação e da curiosidade provinciana mais do que de qualquer perigo objetivo que os ameaça. Sobre elas existem milhares de obras de todo o tipo referentes às respetivas normas, história, locais de reunião, conhecem-se os nomes de muitos dos seus membros, que até publicitam esse facto através da internet. Conservam naturalmente reservadas as suas cerimónias, às quais só podem assistir os que nelas foram iniciados, possuindo ainda ritos próprios com uma liturgia específica e um simbolismo igualmente característico. De todas essas associações, a mais conhecida é, sem sombra de dúvida, a Maçonaria, sobre a qual existe um enorme manancial de obras, de que a excelente bibliografia reunida por José António Ferrer Benimeli dá uma panorâmica muito esclarecedora⁶. Mas a Maçonaria também serviu, e serve, de modelo para outras sociedades, incluindo algumas claramente antimaçónicas⁷. Inspirando-se formalmente na Maçonaria, situam-se num polo diametralmente oposto. Durante a Revolução Francesa surgiram organizações secretas contrarrevolucionárias, como as *Compagnies du Soleil* e os *Compagnons* – ou *Compagnies* – de *Jéhu*, que assolaram o Midi francês no final da época termidoriana, e inspiraram o célebre romance de Alexandre Dumas *Les Compagnons de Jéhu* (1861), ou ainda os «Filhos Legítimos», financiados pela Inglaterra, e que desenvolveram alguma atividade depois de 1794. Essa tradição de estruturas secretas reacionárias em França prolongou-se até ao século XX, com a famigerada *La Cagoule*, ferozmente anticomunista, também conhecida como *Organisation Secrète d'Action Révolutionnaire Nationale*, ou *Comité Secret d'Action Révolutionnaire*. Acusada por Charles Maurras, que via nela uma concorrente da *Action Française*,